Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação

DESCLASSIFICAR PARA (RE)EXISTIR: EPISTEMOGRAFIAS DISSIDENTES E A ORGANIZAÇÃO DAS MEMÓRIAS LGBTQIAPN+ EM FLORIANÓPOLIS-SC[1]

DESCLASIFICANDO PARA (RE)EXISTIR: EPISTEMOGRAFÍAS DISIDENTES Y LA ORGANIZACIÓN DE LAS MEMORIAS LGBTQIAPN+ EN FLORIANÓPOLIS-SC

DECLASSIFYING TO (RE)EXIST: DISSIDENT EPISTEMOGRAPHIES AND THE ORGANIZATION OF LGBTQIAPN+ MEMORIES IN FLORIANÓPOLIS-SC

Luís Fernando Vanin [2]
Rodrigo de Sales [3]

Submetido em: 07/03/2026
Aprovado em: 19/07/2026
Publicado em: 31/07/2026

Artigo submetido ao sistema de similaridade turnitin

[1] O presente artigo foi submetido, avaliado, aprovado, apresentado e premiado como melhor artigo completo no GT 12 – Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades, do XXV ENANCIB - 2025

[2] Doutorando no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGCIN-UFSC). E-mail: luisfernandovanin@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0335-2373.

[3] Professor Associado do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: rodrigo.sales.s@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8695-9807.

Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Resumo: A Organização do Conhecimento, campo estruturante da Ciência da Informação, tem historicamente operado sob lógicas universalistas e coloniais que silenciam saberes dissidentes. Este artigo investiga possibilidades de organizar as memórias e patrimônios culturais das comunidades LGBTQIAPN+ de Florianópolis-SC a partir da teoria da desclassificação de García Gutiérrez. A metodologia qualitativa, de caráter exploratório e crítico, combinou revisão bibliográfica, entrevistas semiestruturadas com seis personalidades sociais da comunidade e ferramentas da cartografia social e de sentimentos, permitindo mapear não apenas lugares e eventos, mas também afetos, resistências e subjetividades. Os resultados emergiram em três categorias: festividades e manifestações culturais, lugares de sociabilidade e representatividades políticas. Por fim, propõem-se oito premissas desclassificatórias, decoloniais e transculturais para orientar mediadores culturais, fundamentadas no pluralismo lógico, na escuta ética, no protagonismo coletivo e na abertura às memórias que circulam fora dos arquivos institucionais. A pesquisa tensiona as bases normativas da organização do conhecimento, afirmando as memórias LGBTQIAPN+ como dispositivos de emancipação e reexistência epistêmica.

Palavras-Chave: Organização do conhecimento; desclassificação; memórias LGBTQIAPN+; patrimônio cultural; Florianópolis-SC.

Abstract: *Knowledge Organization, a structuring field of Information Science, has historically operated under universalist and colonial logics that silence dissenting knowledge. This article investigates possibilities for organizing the memories and cultural heritage of the LGBTQIAPN+ communities of Florianópolis-SC based on García Gutiérrez's theory of declassification. The qualitative methodology, exploratory and critical in nature, combined bibliographic review, semi-structured interviews with six social figures from the community, and tools of social and sentiment cartography, allowing the mapping not only of places and events, but also of affects, resistances, and subjectivities. The results emerged in three categories: festivities and cultural manifestations, places of sociability, and political representations. Finally, eight declassifying, decolonial, and transcultural premises are proposed to guide cultural mediators, grounded in logical pluralism, ethical listening, collective protagonism, and openness to memories circulating outside institutional archives. The research challenges the normative foundations of knowledge organization, affirming LGBTQIAPN+ memories as devices for emancipation and epistemic re-existence.*

Keywords: *knowledge organization; declassification; LGBTQIAPN+ memories; cultural heritage; Florianópolis-SC.*

Resumen*: La Organización del Conocimiento, campo estructurante de las Ciencias de la Información, ha operado históricamente bajo lógicas universalistas y coloniales que silencian el conocimiento disidente. Este artículo investiga las posibilidades de organizar las memorias y el patrimonio cultural de las comunidades LGBTQIAPN+ de Florianópolis-SC, con base en la teoría de la desclasificación de García Gutiérrez. La metodología cualitativa, exploratoria y crítica, combinó una revisión bibliográfica, entrevistas semiestructuradas con seis figuras sociales de la comunidad y herramientas de cartografía social y de*

sentimientos, lo que permitió mapear no solo lugares y eventos, sino también afectos, resistencias y subjetividades. Los resultados se agruparon en tres categorías: festividades y manifestaciones culturales, espacios de sociabilidad y representaciones políticas. Finalmente, se proponen ocho premisas desclasificadoras, decoloniales y transculturales para guiar a los mediadores culturales, basadas en el pluralismo lógico, la escucha ética, el protagonismo colectivo y la apertura a las memorias que circulan fuera de los archivos institucionales. La investigación cuestiona los fundamentos normativos de la organización del conocimiento, afirmando las memorias LGBTQIAPN+ como dispositivos de emancipación y reexistencia epistémica.

***Palabras clave**: organización del conocimiento; desclasificación; memorias LGBTQIAPN+; patrimonio cultural; Florianópolis-SC.*

1 INTRODUÇÃO

A Ciência da Informação (CI) lida com fluxos informacionais e mecanismos de processamento e uso da informação (Belkin; Robertson, 1976; Borko, 1968), posicionando-se como um campo estratégico nas transformações da sociedade contemporânea, e isso se justifica pela dimensão social e humana que perpassa seus fundamentos epistemológicos (Saracevic, 1996). Capurro (2003) propõe uma evolução do paradigma físico e cognitivo em direção a um paradigma social, que reconhece a subjetividade e o contexto histórico-cultural dos sujeitos.

Entretanto, como alerta Duque Cardona (2020), essa construção epistemológica ainda se ancora em bases eurocentradas, exigindo uma revolução científica sustentada por epistemologias do Sul, pela interculturalidade e pela decolonialidade. A autora propõe que a produção da informação não se limite à lógica da ciência hegemônica, mas que se comprometa com saberes locais, situados e históricos, sintonizados com as memórias latino-americanas.

Essa crítica dialoga com a crítica à colonialidade do poder (Quijano, 2000; Grosfoguel, 2009) que se manifesta tanto nos aspectos objetivos quanto subjetivos da existência social, excluindo

saberes e formas de interpretar o mundo. Por sua vez, a colonialidade do saber, como destaca Santos (2007), constrói uma geopolítica do conhecimento que marginaliza sujeitos e territórios periféricos. Em resposta, os estudos decoloniais (Mignolo, 2010; Ballestrin, 2013; Bernardino-Costa et al., 2019) buscam reconfigurar essas lógicas, promovendo a valorização de experiências e conhecimentos subalternizados.

Sales (2021) afirma que o campo da Organização do Conhecimento (OC) estrutura modelos conceituais da realidade, que, muitas vezes, operam sob premissas classificatórias rígidas e excludentes. Autorias como Olson (2001), García Gutiérrez (2007, 2011, 2018) e Adler (2016) mostram o quão urgente é questionar os dispositivos classificatórios enquanto artefatos de poder que reproduzem discursividades hegemônicas.

Nesse contexto, a teoria da desclassificação, proposta por García Gutiérrez (2011), surge como uma provocação epistemológica ao propor o pluralismo lógico e a contradição como elementos para reorganizar os saberes. Trata-se de uma postura que requer "consciência completa da incompletude, do preconceito e da subjetividade explícita" (Gutiérrez, 2011, p. 10), desestabilizando a ideia de uma única racionalidade classificatória.

Com base nesse arcabouço, o presente estudo visa condensar os resultados da pesquisa de mestrado[4] que investigou possibilidades de organizar memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+ da cidade de Florianópolis-SC a partir da teoria da desclassificação. Propõe-se, então, um diálogo entre OC, epistemologias críticas e os estudos

[4] Dissertação de mestrado defendida em fevereiro de 2024 no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina com o título "Organização das memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+ de Florianópolis-SC sob a perspectiva da desclassificação". Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/270216.

sobre culturas, memórias e patrimônios, com foco nas comunidades LGBTQIAPN+, grupo historicamente marcado por margilanizações, apagamentos e exclusões.

2 A PERSPECTIVA DA DESCLASSIFICAÇÃO

A Organização do Conhecimento (OC) se apresenta como um campo de caráter multidisciplinar situado entre a técnica e a crítica, entre a semântica e o poder, carrega, assim, lógicas semânticas, políticas e culturais que moldam, e muitas vezes restringem, a forma como diferentes saberes são legitimados ou silenciados (Vanin, 2024).

O conhecimento, tal como afirmam Berger e Luckmann (1985), é constituído na intersubjetividade, emergindo das relações sociais e culturais que atravessam os sujeitos. A OC, nesse sentido, atua como mediadora das formas de dizer e lembrar o mundo, participando ativamente da construção das memórias sociais. Barité (2001) já destacou o caráter dialógico e social do conhecimento, que se constitui em interação com a memória e a cultura.

A partir dessas perspectivas, compreende-se que a OC não é um simples reflexo da realidade, mas sim uma prática situada que incorpora valores, disputas e ideologias. Como observa Hjørland (2008), os sistemas de organização do conhecimento (SOC) não apenas espelham, mas estruturam o modo como o saber circula socialmente, sendo atravessados por lógicas cognitivas e sociais. Assim, não há imparcialidade na escolha dos critérios classificatórios, e sim um jogo de forças que revela e oculta determinadas verdades.

As críticas à OC hegemônica emergem de campos como os estudos feministas, interseccionais, pós-coloniais e decoloniais. Hope Olson (2007), com base nas teorias feministas, propõe a ruptura com

os padrões universalistas e dicotômicos que estruturam os sistemas de classificação tradicionais. A autora defende a coexistência de múltiplos modelos, integrados ou sobrepostos, que respeitem a diversidade epistêmica. Já García Gutiérrez (2008) propõe uma crítica à economia política da informação, evidenciando como os sistemas de memória, ainda que tecnicamente sofisticados, permanecem subordinados a estruturas de dominação herdadas do iluminismo, do positivismo e do tecnocapitalismo.

É nesse cenário que se insere a proposta da desclassificação formulada por García Gutiérrez (2006, 2008, 2018), como estratégia epistemológica e política. Desclassificar, segundo o autor, é "introduzir uma nova ordem, classificando segundo diferentes lógicas, para agregar, reunir", em oposição aos sistemas tradicionais que "dividem e separam segundo princípios hierarquizantes e totalitários" (Gutiérrez, 2006, p. 110). A desclassificação não se opõe à classificação, mas propõe sua revisão crítica e plural, com base no pluralismo lógico e na contradição.

A proposta de desclassificação se articula a partir de três eixos centrais: a crítica ao demarcacionismo, a valorização da desordem epistemológica e a defesa de um pluralismo lógico. O demarcacionismo, enquanto estrutura racionalista, funda fronteiras fixas e exclusões epistêmicas que desconsideram a fluidez e a complexidade do real. Já a desordem, inspirada nas noções de rizoma de Deleuze e Guattari (2001), é entendida como condição constitutiva da ordem, permitindo a emergência de sistemas abertos e não hierárquicos. Por fim, o pluralismo lógico reconhece a coexistência de diferentes sistemas de pensamento, acolhendo a contradição como ferramenta cognitiva de primeira ordem (Garcia Gutiérrez, 2007).

A epistemografia interativa, como desdobramento da teoria da desclassificação, propõe um modelo transdisciplinar de produção e organização dos saberes, orientado por uma ética do dissenso e da autonomia. Para García Gutiérrez (2006), trata-se de construir sistemas que permitam a autorrepresentação e a autoclassificação das comunidades, possibilitando a emergência de memórias e conhecimentos silenciados. A epistemografia, assim, desloca o centro do poder classificatório, instalando no coração da OC uma crítica radical à sua vocação excludente.

Aqui, a teoria da desclassificação é mobilizada como lente crítica para pensar as memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+ de Florianópolis-SC. Tais memórias, frequentemente excluídas dos repertórios oficiais, exigem abordagens classificatórias sensíveis, flexíveis e abertas à multiplicidade. A desclassificação, nesse contexto, atua como ferramenta de (re)existência epistêmica, permitindo o surgimento de narrativas outras, que tensionam e reconfiguram os sistemas de organização do conhecimento.

3 CULTURAS, MEMÓRIAS E PATRIMÔNIOS LGBTQIAPN+

A cultura, compreendida como produção histórica e social, estrutura as formas pelas quais os sujeitos significam o mundo. Pelegrini e Funari (2008) destacam que ela não se trata de uma herança estática, mas de um campo dinâmico, atravessado por disputas simbólicas e práticas sociais. Stuart Hall (2001) complementa ao definir cultura como prática coletiva, fluida e produtiva, cuja centralidade reside na capacidade de significar, representar e organizar identidades. Assim, a cultura atua na

constituição de narrativas que produzem sentidos e classificam o mundo, legitimando determinados discursos em detrimento de outros (Foucault, 2009).

A partir dessas concepções críticas, a cultura se interliga profundamente à memória e à identidade. A memória, enquanto elemento constitutivo da identidade individual e coletiva, é construída na articulação entre lembranças individuais e quadros sociais de referência (Halbwachs, 2013). Para Pollak (1992), a memória fornece continuidade à experiência vivida, atuando como elemento de pertencimento e projeção de futuro. Gondar (2016) reforça que as escolhas sobre o que lembrar e esquecer estão comprometidas com disputas éticas e políticas, pois a memória não é neutra, ela é socialmente construída, seletiva e orientada por intencionalidades.

Nesse sentido, os lugares de memória (Nora, 1993, 1997) materializam essa articulação entre cultura e identidade. Eles são simultaneamente espaços materiais, simbólicos e funcionais, onde se inscrevem os vestígios da experiência coletiva. A memória, portanto, não é apenas um repositório do passado, mas um campo de disputa pelo presente e pelo futuro, em que sujeitos e grupos sociais constroem sentidos e legitimam existências. Essa perspectiva se torna central ao considerar os apagamentos históricos que atravessam as memórias LGBTQIAPN+[5].

[5] Neste artigo, adota-se a sigla LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais/Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não Binários e outras identidades) por compreender que ela expressa a diversidade e a complexidade das experiências e identidades de gêneros e sexualidades que constituem esse campo social e político. A formação e as transformações da sigla ao longo do tempo refletem disputas por visibilidade, reconhecimento e legitimidade no interior do próprio movimento, evidenciando que tais denominações são historicamente construídas e continuamente renegociadas. Nesse sentido, a presença do sinal "+" indica o caráter aberto, dinâmico e em constante expansão dessas identidades, expressões e vivências, reconhecendo que as dissidências de gêneros e sexualidades não podem ser plenamente capturadas por uma sigla fixa ou estática (Vanin, 2024; Vanin; Silva; Sales, 2026).

Nesse panorama, o patrimônio cultural surge como expressão da memória coletiva, profundamente articulado às disputas por representação, reconhecimento e cidadania. Pelegrini e Funari (2008) apontam que o patrimônio resulta de políticas estatais e lutas sociais, refletindo a identidade dos grupos que o reivindicam. Para Baez (2006), o patrimônio funciona como uma "carteira de identidade" simbólica dos povos. Já Chagas (2002) amplia essa noção ao destacar que os patrimônios são meios de produção de formas de autoconsciência e resistência.

O patrimônio, portanto, não é apenas um bem a ser preservado, mas um campo de conflito onde se inscrevem vozes, silenciamentos e lutas sociais (Vanin, 2024). Sua legitimação institucional, como nos marcos da Constituição Federal de 1988 e do Decreto nº 3.551/2000, deve ser compreendida também como exercício de poder simbólico e político. Daí a importância de pensar os patrimônios LGBTQIAPN+ não apenas como objetos, mas como processos contínuos de afirmação identitária, de resistência à normatividade e de reconfiguração das memórias coletivas.

A cultura LGBTQIAPN+ manifesta-se em linguagens, códigos, símbolos e práticas que reconstroem sentidos a partir das experiências de corpos dissidentes. Essas expressões são, ao mesmo tempo, formas de resistência e de produção de subjetividades, confrontando a cisheteronormatividade compulsória (Heilborn, 1993; Bento, 2006). A sexualidade, nesse contexto, é compreendida como construção social, cultural e histórica, perpassada por normas, exclusões e disputas (Furlani, 2007; Pinho; Pulcino, 2016).

Assim, as memórias e patrimônios LGBTQIAPN+ extrapolam o campo simbólico e se tornam dispositivos de luta. Ao serem inseridas

nos espaços de memória, cultura, conhecimento e informação, essas experiências ressignificam a ideia de pertencimento e reivindicam um lugar legítimo na construção da história. A valorização dessas memórias não é apenas um gesto de inclusão, mas um ato político de reorganização do sensível, como destaca Garcia (2012), ao afirmar que as reconfigurações das subjetividades sexuais e de gêneros expressam formas de resistência e criação coletiva.

4 CUCARACHAS, BANDIDAS E INSUBMISSAS: TEORIAS DISSIDENTES DE GÊNEROS E SEXUALIDADES

A teoria queer emerge como uma crítica radical à normatividade sexual e de gênero, desestabilizando categorias identitárias fixas e confrontando a lógica binária que sustenta as estruturas sociais ocidentais. Como destaca Tamsin Spargo (1999), o termo "queer", inicialmente um insulto direcionado às dissidências sexuais, é ressignificado como forma de resistência e oposição à norma. Bandeira (2019) reforça essa ideia ao afirmar que a apropriação do termo confere força política às experiências “desviantes”, constituindo-se como um marcador da transgressão.

Nesse contexto, autorias como Eve Kosofsky Sedgwick (1994) e Lorenzo Bernini (2015) explicam o termo "queer" como contraponto a "straight" — direito, reto, linear —, sugerindo que as identidades não normativas se constituem como torções, desvios e deslocamentos das narrativas dominantes. A teoria queer, portanto, se articula como uma prática discursiva e epistemológica que rompe com a rigidez das categorias binárias pré-estabelecidas.

Louro (2004) afirma que "queer é um jeito de pensar e de ser que não aspira ao centro nem o quer como referência", desafiando as

normas regulatórias e assumindo o desconforto do entre-lugar. Essa perspectiva pós-identitária é sustentada por uma base pós-estruturalista e pela desconstrução como método (Derrida, 1991), questionando os binarismos e a naturalização da identidade. Como observa Miskolci (2009, 2017), os teóricos queer analisam os discursos que produzem o saber sobre gêneros e sexualidades, revelando a instabilidade das identidades e a necessidade de reconfiguração contínua dos sujeitos.

Essa teoria crítica se relaciona diretamente com a noção de abjeção, desenvolvida por Julia Kristeva (1982) e apropriada por Miskolci (2017) no contexto brasileiro. O abjeto é aquilo que ameaça a ordem, o sistema, a identidade, o que é repelido e ao mesmo tempo necessário para a constituição do sujeito. A abjeção, nesse sentido, não apenas marginaliza, mas também estrutura as normas de gêneros e sexualidades. As identidades homossexuais, trans ou não binária, por exemplo, são constantemente posicionadas como ameaças à estabilidade social e moral, resultando em exclusão e violência simbólica e física.

A teoria queer, portanto, opera como instrumento para expor a violência epistêmica da cisheteronormatividade e dos sistemas classificatórios tradicionais. Ao lado dessa crítica, emerge o transfeminismo como categoria teórica e política que amplia o escopo do feminismo ao incluir as experiências das pessoas trans (Masculinas e femininas), travestis e não binárias. Segundo Jesus (2014), o transfeminismo denuncia os limites do feminismo de base biológica, propondo uma abordagem interseccional e inclusiva das múltiplas dimensões de opressão.

No contexto latino-americano, a articulação entre teoria queer, transfeminismo e epistemologias críticas permite a construção de uma leitura situada das dissidências. Pelúcio (2014) propõe a noção de "epistemologia cucaracha" como metáfora para um pensamento que devora, ressignifica e recoloca os saberes do Norte sob a luz das experiências coloniais e populares. Oliveira (2017) também sugere a "pirataria queer" como forma de hackear a gramática do centro, produzindo teorias bandidas, encarnadas e insubmissas.

É nesse horizonte que se inscreve a noção de "artivismo" (Colling, 2017), que une arte e ativismo nas lutas contra a cisheteronormatividade e o conservadorismo. O artivismo das dissidências sexuais e de gêneros promovem intervenções simbólicas e materiais no cotidiano, construindo espaços de expressão, reconhecimento e subversão.

Por fim, os dados sobre a violência contra pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil (Bevenides, 2023; Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+, 2024) reiteram a urgência dessas abordagens. Os elevados índices de assassinatos, suicídios e discriminação revelam uma estrutura social que ainda opera com base na abjeção e na exclusão. A teoria queer, o transfeminismo e os estudos interseccionais oferecem, nesse contexto, ferramentas para tensionar os limites da organização do conhecimento, propondo sistemas mais abertos, plurais e sensíveis às existências dissidentes.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E RESULTADOS

Trata-se de pesquisa qualitativa, com caráter exploratório e descritivo, orientada por uma postura epistemológica crítica e decolonial. O objetivo foi investigar possibilidades de organizar as

memórias e os patrimônios culturais LGBTQIAPN+ da cidade de Florianópolis, a partir da teoria da desclassificação de García Gutiérrez (2006, 2008, 2011), com base em uma abordagem que rompe com os paradigmas coloniais que historicamente marginalizaram esses saberes e vivências.

Os procedimentos metodológicos envolveram: (I) revisão bibliográfica crítica; (II) entrevistas semiestruturadas com personalidades sociais da comunidade LGBTQIAPN+ de Florianópolis; e (III) uso da cartografia social e da cartografia de sentimentos como dispositivos de escuta e análise. A revisão bibliográfica permitiu o diálogo entre os campos da organização do conhecimento, da memória, da cultura e da desclassificação, enquanto as entrevistas propiciaram o acesso às narrativas e memórias ancoradas em corpos e trajetórias historicamente marginalizadas.

As entrevistas foram conduzidas de forma remota via Google Meet e aprovadas pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSC (Parecer 6.389.503/2023). O roteiro de entrevista foi elaborado com base em critérios metodológicos, éticos e epistemológicos (Minayo, 2008).

A seleção das pessoas entrevistadas seguiu os seguintes critérios: (I) residência na região da Grande Florianópolis; (II) pertencimento à comunidade LGBTQIAPN+; (III) atuação em movimentos sociais, produção cultural, artivismo e/ou memória comunitária. Essa seleção baseou-se em amostragem teórica intencional (Flick, 2009), buscando representatividade dentro da diversidade sexual e de gênero.

Para a análise do material empírico, foram mobilizadas as ferramentas da cartografia social e da cartografia de sentimentos

(Rolnik, 1987, 2016), que permitiram mapear não apenas os lugares e eventos, mas também as intensidades afetivas, os enfrentamentos políticos e os processos subjetivos que atravessam a experiência LGBTQIAPN+. Nas palavras de Prado Filho e Teti (2013, p. 47), trata-se de mapear "movimentos, relações, jogos de poder, práticas de resistência e de liberdade", revelando as linhas de força e os modos de existir. Rolnik (1987, 2016) compreende essa cartografia como uma prática estética, ética e política de escuta do outro, que rompe com projeções e convoca a presença viva das experiências.

A análise dessas narrativas e paisagens culturais foi realizada sob a ótica da desclassificação, buscando identificar pontos de ruptura com os sistemas classificatórios dominantes e sugerir caminhos para uma epistemografia sensível, plural e contra-hegemônica para a organização do conhecimento.

5.1 Fragmentos de memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+ de Florianópolis

Apresentamos aqui os resultados obtidos a partir das entrevistas com seis personalidades sociais LGBTQIAPN+ de Florianópolis. A proposta foi cartografar fragmentos de memória que emergiram como possibilidades de patrimônios culturais LGBTQIAPN+ da cidade, reconhecendo o valor simbólico, afetivo e político dessas narrativas. Esses relatos foram organizados em três categorias: (I) festividades, eventos e manifestações sociais; (II) lugares de vivência e sociabilidade; e (III) representatividades políticas e sociais.

(I) Festividades, eventos e manifestações culturais

As festividades e manifestações culturais surgem como espaços de celebração, resistência e produção de subjetividades dissidentes. São momentos que tensionam a normatividade, reconfiguram sentidos de pertencimento e operam como memória viva da comunidade.

A ***Parada LGBTI+ de Florianópolis***, realizada anualmente desde 2006, é o principal evento público da diversidade sexual e de gênero na cidade. Ela teve início como um beijaço de protesto e se consolidou como manifestação político-cultural de grande visibilidade. As entrevistas revelam a disputa entre projetos de festa comercial *versus* militância política, refletindo diferentes formas de organização e significação da memória coletiva.

O ***Carnaval do Roma***, centrado no tradicional Bar e Pizzaria Roma, é destacado como espaço de celebração transgressora e resistência histórica, especialmente das travestis e mulheres trans. Marcado por performances, afetos e disputas com o poder público, o evento resistiu aos processos de higienização e normatização do espaço urbano, porém, foi institucionalizado pelo poder público e perdeu sua força.

O ***Pop Gay***, concurso de beleza e arte que integra o carnaval da cidade, é lembrado tanto como espaço de visibilidade Trans e artistas drag quanto como *locus* de tensões em torno da representatividade. Entrevistados relatam disputas por espaço, acesso e legitimidade, expondo as divisões e hierarquias internas ao movimento LGBTQIAPN+.

Eventos contemporâneos como a ***Diversa – Feira Cultural LGBTI+, o Transforma – Festival de Cinema da Diversidade, e o Cuir Fest*** surgem como alternativas de produção cultural

independente, com curadorias políticas e formatos colaborativos. A ***Slut Rave***, por sua vez, é descrita como "a festa mais inclusiva da cidade", promovendo acesso gratuito para pessoas trans, negras, PCDs e dissidentes. Organizada por um coletivo LGBTQIAPN+, a festa se constitui como dispositivo artivista e contra-hegemônico, pautando segurança, acolhimento e diversidade.

Essas festividades são marcadas por uma lógica de ocupação dos espaços públicos e simbólicos, atuando como estratégias de resistência à cisheteronormatividade e aos apagamentos institucionais da memória LGBTQIAPN+.

(II) Lugares de vivência e sociabilidade

A cidade é repleta de espaços que, embora muitas vezes invisibilizados nos registros oficiais, constituem pontos de ancoragem afetiva e de memória para a população LGBTQIAPN+. Esses lugares, públicos ou privados, construídos ou em ruínas, funcionam como marcos de vivência, acolhimento, resistência e pertencimento.

Entre os espaços públicos, destacam-se a ***Praça XV de Novembro, a Rua Felipe Schmidt e o Baixo Centro***, onde práticas de sociabilidade LGBTQIAPN+ foram historicamente construídas, ainda que sob vigilância e repressão. A ***Praia da Galheta e a Praia Mole***, tradicionais pontos de encontros LGBTQIAPN+, simbolizam liberdade e dissidência. Entretanto, tais espaços permanecem submetidos a olhares conservadores e moralizantes que buscam controlar, regular e restringir suas expressões.

Entre os lugares de sociabilidade noturna, destacam-se históricos bares e boates como: ***Boate Oppium*** - A boate Oppium, ao que tudo indica, foi a primeira boate assumidamente gay em

Florianópolis. Foi inaugurada no ano de 1980 e animou a comunidade LGBTQIAPN+ até o ano de 1985. Considerada um ícone da vida noturna LGBTQIAPN+ de Florianópolis, a boate Oppium foi palco de vivências e experiências da comunidade na Ilha Da Magia.

Boate Chandon - A boate Chandon, em Florianópolis, teve diferentes fases desde sua inauguração nos anos 1980 como espaço voltado ao público hétero. Posteriormente, tornou-se um ponto icônico da cena LGBTQIAPN+, com duas versões marcantes e uma estrutura exuberante. O espaço oferecia desde karaokê e darkroom até shows de drags renomadas e festas memoráveis, como o famoso réveillon com a "fonte de Chandon".

Esses espaços, mesmo aqueles que não existem mais, são reconhecidos como lugares de memória, constituindo o que Nora (1993) chamaria de "*lieux de mémoire*", pela sua capacidade de condensar afetos, histórias, lutas e pertencimentos. Como afirmado em uma das entrevistas: "mesmo quando o espaço físico não existe mais, a memória permanece viva".

A cidade, portanto, é também um arquivo vivo da presença LGBTQIAPN+, que se inscreve em muros, esquinas, sons e silêncios.

(III) Movimentos sociais e representações políticas

A história da comunidade LGBTQIAPN+ de Florianópolis também é marcada por articulações políticas e formas coletivas de ação. Os movimentos sociais, os coletivos artísticos e as lideranças políticas locais atuam como patrimônios vivos, cujas trajetórias constroem, protegem e visibilizam as memórias da diversidade.

Destacam-se os seguintes coletivos:

• ***MUDIÁ – Coletiva Visibilidade Lésbica Floripa***, responsável por ações de memória e visibilidade lésbica.

• ***GAPA-SC*** – grupo pioneiro na luta contra a Aids e pela dignidade das pessoas vivendo com HIV.

• ***AFRODITE e IEG/UFSC*** – ligados à produção acadêmica e ativismo em gênero e sexualidade.

• ***ADEH – Associação em Defesa dos Direitos Humanos*** com Enfoque na Sexualidade, espaço histórico de acolhimento, formação e incidência política da população LGBTQIAPN+.

Personalidades como ***Lirous K'yo, Selma Light, Ana Paula do CoMBi, Mire Chagas, Carla Ayres, Suzaninha, Margareth da Silva Hernandes***, entre outras, são reconhecidas como protagonistas dessas memórias, atuando como travestis, drags, professoras, vereadoras, militantes e artistas que "fazem a história com o próprio corpo".

Essas pessoas e coletivos produzem memória em ação, em um contínuo de resistência, enfrentamento e criação coletiva. Seus nomes, rostos e lutas precisam ser reconhecidos como parte integrante dos patrimônios culturais da cidade, ainda que raramente sejam inscritos nos registros oficiais.

5.2 Premissas desclassificatórias, decoloniais e transculturais

A organização das memórias e patrimônios culturais da comunidade LGBTQIAPN+ de Florianópolis, conforme propõe este estudo, não se dá a partir de regras fixas ou classificações canônicas. Pelo contrário, parte do pressuposto de que toda forma de conhecer, organizar e representar está atravessada por relações de poder e,

portanto, deve ser revista à luz de uma nova prática epistemológica: a desclassificação.

Com base em García Gutiérrez (2006, 2008, 2011, 2018), compreendemos a desclassificação como uma estratégia de ruptura, não com a classificação em si, mas com sua forma excludente, dogmática e hierárquica. Trata-se de abrir caminhos para um pluralismo lógico e cultural, onde as vozes dissidentes possam emergir e se autolegitimar como sujeitos cognitivos e epistêmicos. A seguir, destacamos as premissas que resultam dessa proposta:

Premissa 1 - *Escuta como compromisso epistemológico e ético*

A escuta ativa de todas as vozes das comunidades LGBTQIAPN+ é um princípio central. Cada experiência tem valor e contribui para o tecido das memórias culturais. Nenhum grito deve ser ignorado. A escuta é o ponto de partida para qualquer reorganização ética e sensível da memória coletiva.

Premissa 2 - *Representatividade e reclassificação como protagonismo*

A desclassificação propõe que as pessoas LGBTQIAPN+ sejam protagonistas na construção e preservação de suas próprias memórias. Isso significa reconhecer a autoridade dessas vozes para reclassificar o mundo e estabelecer seus próprios critérios de validação, recusando os padrões normativos e hegemônicos.

Premissa 3 - *Desclassificação como prática crítica e situada*

Desclassificar não é simplesmente negar a classificação, mas reclassificar a partir de outras lógicas. É uma prática que se ativa em contextos em que as ferramentas tradicionais falham, especialmente diante de contradições lógicas, simbólicas, epistemológicas ou

afetivas. Cada contexto exige estratégias *ad hoc*, únicas, sensíveis e intransferíveis**.**

Premissa 4 - *Pluralismo lógico como fundamento epistêmico*

A organização das memórias LGBTQIAPN+ deve aceitar a contradição como valor, operar com lógicas múltiplas e incorporar categorias abertas e rizomáticas. Isso rompe com a linearidade classificatória e acolhe o movimento, a ambiguidade e a fluidez como potências do saber.

Premissa 5 - *Ordem e desordem como dialéticas da memória*

A desclassificação não busca destruir, mas reorganizar. Ela revela a desordem como componente necessário da vida e da memória, desestabilizando estruturas fixas e promovendo uma nova ordem simbólica em constante evolução. Aqui, as fronteiras deixam de ser rígidas para se tornarem zonas de contato e contaminação criativa.

Premissa 6 - *Memória como dispositivo emancipatório*

Organizar os patrimônios LGBTQIAPN+ não é apenas registrar fatos, mas fomentar a emancipação cultural e epistêmica dos sujeitos. As memórias são meios de autoconsciência, de reinvenção do passado e de reexistência no presente. Elas devem ser acolhidas como dispositivos de autonomia, não como objetos passivos de tutela institucional.

Premissa 7 - *Exomemória e tecnocultura como territórios legítimos de saber*

Grande parte da memória LGBTQIAPN+ circula fora dos arquivos institucionais, seja em redes sociais, registros afetivos, corpos e espaços simbólicos. A organização do conhecimento precisa se abrir

à exomemória, acolhendo os rastros que escapam ao controle documental tradicional.

Premissa 8 - *Flexibilidade metodológica como abertura para o inédito*

Por fim, entendemos ser necessário construir diretrizes flexíveis, que não reproduzam novas normatividades, mas que se adaptem às realidades complexas da comunidade. Isso implica acolher a incerteza, a improvisação e a criação coletiva como partes legítimas do processo de organização do conhecimento.

Essas premissas operam como vetores de uma prática pós-epistemológica, não totalizante, mas comprometida com a justiça social, a pluralidade epistêmica e o reconhecimento da diferença como princípio de organização. A desclassificação, nesse sentido, é tanto estratégia quanto ética, figurando como uma abertura sensível ao múltiplo, ao instável e ao contraditório.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aqui apresentada lançou um olhar desobediente, crítico e sensível sobre as possibilidades de organização das memórias e dos patrimônios culturais LGBTQIAPN+ da cidade de Florianópolis, a partir da teoria da desclassificação de García Gutiérrez. Compreendendo que as memórias dissidentes historicamente foram silenciadas por estruturas normativas, o trabalho assumiu a urgência de romper com os paradigmas classificatórios tradicionais e propor novos modos de escuta, representação e legitimação das subjetividades marginalizadas.

O caminho trilhado reafirma a potência da desclassificação como ferramenta epistemológica e política. Não se trata de rejeitar o ato de classificar em si, mas de negar os seus modos excludentes,

hierarquizantes e dogmáticos. A desclassificação propõe um novo contrato cognitivo, baseado no pluralismo lógico, na inter/transculturalidade e na escuta ética. Ao fazê-lo, convoca a comunidade LGBTQIAPN+ não como objeto, mas como sujeito epistêmico e agente de sua própria memória.

As entrevistas e cartografias realizadas evidenciaram a existência de uma rica tapeçaria de memórias e patrimônios LGBTQIAPN+ possíveis, ainda em processo de construção e organização. Essas memórias não são vestígios do passado, mas forças vivas que habitam os corpos, os afetos, as festas, os territórios e os silêncios. São manifestações de resistência, de afeto e de existência que recusam o apagamento.

A construção das premissas para a organização desclassificatória dos patrimônios LGBTQIAPN+ revela um projeto epistêmico mais amplo: aquele que aposta na justiça social e informacional, na radicalidade da escuta e na valorização dos saberes subalternizados. Organizar, nesse contexto, não é ordenar para dominar, mas acolher para libertar. É permitir que as memórias e os corpos, antes classificados como "não recomendados à sociedade", se tornem centro, arquivo e futuro.

As contribuições desta pesquisa não se encerram no mapeamento de festas, espaços, movimentos e personalidades. Elas se projetam como chamado para uma reorganização do campo da Organização do Conhecimento, desafiando suas bases modernas e apontando para práticas pós-epistemológicas. Que esse gesto de desclassificar seja também o gesto de descolonizar, de reclassificar com generosidade, de fabular o futuro com quem sempre teve suas existências interditadas.

Um novo tempo há de vencer pra que a gente possa florescer, e, baby, amar, amar [e viver] sem temer.

Liniker (part. Johnny Hooker), Flutua

REFERÊNCIAS

ADLER, Melissa. The Case for Taxonomic Reparations. **Knowledge Organization**, v. 43, n. 8, p. 630640, 2016. Disponível em: https://www.ergonverlag.de/isko_ko/downloads/ko_43_2016_8_f.pdf. Acesso em: 02 jul. 2023.

BAEZ, Fernando. **História universal da destruição dos livros**: das tábuas sumérias à guerra do Iraque. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

BANDEIRA, Arkley Marques. A teoria Queer em uma perspectiva brasileira: escritos para tempos de incertezas. **Revista Arqueologia** Pública, Campinas, v. 13, n. 1, p. 34–53, 2019. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8654815. Acesso em: 17 nov. 2023.

BARITÉ, Mario. Organización del conocimiento: un nuevo marco teórico-conceptual en Bibliotecología y Documentación. *In*: CARRARA, Kester. (org.). **Educação, universidade e pesquisa**. Marília: Unesp, 2001.

BELKIN, Nicholas J.; ROBERTSON, Stephen E. Information Science and the phenomena of information. **JASIS**: Journal of the American Society for Information Science, [*s.l.*], v. 27, n. 4, p. 197204, Jul./Aug. 1976. Disponível em: https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/asi.4630270402. Acesso em: 25 maio 2021.

BENEVIDES, Bruna G. (org.). **Dossiê:** assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2025. Brasília, DF: Distrito Drag: Associação Nacional de Travestis e Transexuais, 2025. Disponível em: https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2026/01/dossie-antra-2026.pdf. Acesso em: 03 fev. 2026.

BENEVIDES, Bruna G. (org.). **Dossiê:** assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023. Brasília, DF: Distrito Drag: Associação Nacional de Travestis e Transexuais, 2024. Disponível em: https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2024/01/dossieantra2024-web.pdf. Acesso em: 09 jun. 2024.

BENTO, Berenice. Corpos e próteses: dos limites discursivos do dimorfismo. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO: GÊNERO E PRECONCEITOS, 7., 2006, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2006. Disponível em: http://www.fazendogenero7.ufsc.br. Acesso em: 20 fev. 2022.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1985.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón. (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. Ed. São Paulo: Autêncitca, 2019. 368p.

BERNINI, Lorenzo. **Apocalipsis Queer**: elementos de teoría antissocial. Madrid: Editorial, 2015.

BRASIL. **Decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000**. Institui o Registro de Bens Culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 ago. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em: 23 ago. 2024.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: UFMG/ANCIB, 2003. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 25 maio 2021.

CHAGAS, Mário S. **Cultura, Patrimônio e Memória**. Ciências e Letras, Porto Alegre, v. 31, p. 15-29, 2002.

COLLING, Leandro. Artivismo: das dissidências sexuais e de gênero. **Revista Cult**, [*s.l.*], ano 20, n. 226, p. 1819, 2017. [Dossiê Artivismo das dissidências sexuais e de gênero: a arte enfrenta a violência normativa dos nossos dias].

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **¿Qué es la filosofía?** Barcelona: Anagrama, 2001.

DERRIDA, Jacques. **Margens da filosofia**. Campinas: Papirus, 1991.

DUQUE CARDONA, Natália. ¿Ciencia de la información para qué y para quién? aproximación a los paradigmas de la ciencia de la información en el contexto universitario. *In*: DUQUE CARDONA, Natália; GARCÊS-DA-SILVA, Franciéle Carneiro. **Epistemologias Latino-Americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação**: contribuições da Colômbia e do Brasil. Florianópolis: Rocha, 2020. p. 4572.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009. 164 p.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

FURLANI, Jimena. **Mitos e tabus da sexualidade humana**: subsídios ao trabalho em educação sexual. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antônio. Cientificamente favelados: uma visão crítica do conhecimento a partir da epistemografia. **Transinformação**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 103–112, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tinf/a/49xzkXKxWSbxPRCKx6RfX8t/abstract/?lang=pt. Acesso em: 03 fev. 2026.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antônio L. **Desclasificados**: pluralismo lógico y violencia de la clasificación. Barcelona: Anthropos, 2007.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antônio L. **Outras memórias possíveis**: Estratégias descolonizadoras do arquivo nacional. Petrópolis: Vozes, 2008. 175 p.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antônio L. Desclassificação na organização do conhecimento: ensaio pósepistemológico. **Transinformação**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 5–14, 2011. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/116250. Acesso em: 15 jul. 2021.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antônio. La organización del conocimiento en el nuevo orden transcultural: del totalitarismo a la desclasificación (la razón como creencia y la OC como burocracia). **Brazilian Journal of Information Science**: Research Trends, [*s.l.*], v. 8, n. 1/2, dez. 2014. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/4415. Acesso em: 10 fev. 2022.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antônio L. **Em pedazos**: el sentido de la desclasificación. Madrid: Asociación Cultural y Científica Iberoamericana, 2018.

GARCIA, Wilton. Uma possibilidade de homocultura no Brasil: estudos contemporâneos. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO DA ABEH, 4., 2012, Salvador. **Anais** […]. Salvador: Abeh, 2012. p. 1-8. Disponível em: http://abeh.org.br/arquivos_anais/W/W003.pdf. Acesso em: 12 fev. 2022.

GONDAR, Jô. Cinco proposições sobre memória social. **Morpheus**: revista de estudos interdisciplinares em memória social, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, p. 1940, 2016. Disponível em: http://www.memoriasocial.pro.br/painel/pdf/publ_19.pdf. Acesso em: 16 fev. 2022.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos poscoloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Periferia**, Rio de Janeiro v. 1, n. 2, 2009. Disponível em: https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/view/3428/0. Acesso em: 27 jul. 2023.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HEILBORN, Maria Luíza. Gênero e hierarquia: a costela de Adão revisitada. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 5082, 1993. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/15989. Acesso em: 24 fev. 2022.

HJØRLAND, Birge. What is Knowledge Organization (KO)? **Knowledge Organization**, [*s.l.*], v. 35, n. 2/3, p. 86101, 2008. Disponível em: https://www.imrpress.com/journal/ko/35/2-3/10.5771/0943-7444-2008-2-3-86. Acesso em: 06 mar. 2025.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Transfeminismo**: teorias e práticas. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014.

KRISTEVA, Júlia. **Powers of horror**. New York: Columbia University Press, 1982.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 19, n. 2, p. 17–23, 2016. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643470. Acesso em: 20 nov. 2023.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p.89117, ago. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n11/04.pdf. Acesso em: 27 jul. de 2023.

MIGNOLO, Walter. **Desobediencia epistémica**: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010.

MINAYO, Maria Cecília Sousa. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MISKOLCI, Ricardo. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, [*s.l.*], v. 11, n. 21, 2009. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/8863. Acesso em: 17 nov. 2023.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. Rio de Janeiro: Autêntica, 2017.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

NORA, Pierre. **Les lieux de mémoire**. Paris: Quarto Gallimard, 1997. v. 13.

OBSERVATÓRIO DE MORTES E VIOLÊNCIAS LGBTI+ NO BRASIL. **Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil**: Dossiê 2022. Florianópolis: Acontece: ANTRA: ABGLT, 2023. Disponível em: Acesso em: https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/#. Acesso em: 24 nov. 2023.

OBSERVATÓRIO DE MORTES E VIOLÊNCIAS LGBTI+ NO BRASIL. **Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil**: Dossiê 2023. Florianópolis: Acontece: ANTRA: ABGLT, 2024. Disponível em: https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/wp-content/uploads/2024/05/Dossie-de-Mortes-e-Violencias-Contra-LGBTI-no-Brasil-2023-ACONTECE-ANTRA-ABGLT.pdf. Acesso em: 09 jun. 2024.

OLSON, Holpe A. How We Construct Subjects: A Feminist Analysis. **Library Trends**, Illinois, v. 2, n. 58, p. 509541, jan. 2007. Disponível em: https://muse.jhu.edu/article/231609. Acesso em: 28 fev. 2022.

PELEGRINI, Sandra C. A.; FUNARI, Pedro Paulo A. **O que é patrimônio cultural**. São Paulo: Brasiliense, 2008. 116 p.

PELÚCIO, Larissa. Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil? **Revista Periódicus**, [*s.l.*], v. 1, n. 1, 2014. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/10150. Acesso em: 17 nov. 2023.

PINHO, Raquel; PULCINO, Rachel. Desfazendo os nós heteronormativos da escola: contribuições dos estudos culturais e dos movimentos LGBTTT. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 665680, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/PyPCKtCntxn8QbhTTVtZMzM/abstract/?lang=pt. Acesso em: 24 fev. 2022.

POLLAK, Michael. Identidade e memória social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941. Acesso em: 26 fev. 2022.

PRADO FILHO, Kleber; TETI, Marcela Montalvão. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. **Barbaroi**, Santa Cruz do Sul, n. 38, p. 4549, jun. 2013. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01046578201300010004. Acesso em: 20 jul. 2021.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad del poder y clasificacion social. **Journal of worldsystems research**, California, v. 11, n. 2, p. 342386, 2000. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140506032333/eje17. Acesso em: 03 mar. 2025.

ROLNIK, Suely. Cartografia ou de como pensar com o corpo vibrátil. *In*: **NÚCLEO de Estudos de Subjetividade da PUC.** São Paulo: PUCSP, 1987.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. 2. ed. Porto Alegre: Sulina: UFRGS, 2016.

SALES, Rodrigo de. Para uma organização do conhecimento contemporânea: contribuições de Foucault, Agamben, Deleuze E Guattari. *In*: AMORIM, Igor Soares; SALES, Rodrigo de. (org.). **Ensaios em organização do conhecimento**. Florianópolis: UDESC, 2021. p. 13-40.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. Tradução Mouzar Benedito. São Paulo: Boitempo, 2007.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41–62, 1996. Disponível em: http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235. Acesso em: 25 maio 2021.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **Tendencies**. Londres: Routledge, 1994.

SPARGO, Tamsin. **Foucault and Queer Theory**. New York: Totem Books, 1999.

VANIN, Luís Fernando. **Organização das memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+ de Florianópolis-SC sob a perspectiva da desclassificação**. 2024. 282 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024. Disponível em:

https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/270216. Acesso em: 08 mar. 2026.

VANIN, Luís Fernando; Silva, André Luiz Avelino da; Sales, Rodrigo de. Fragmentos de memórias LGBTQIAPN+: um olhar para a cidade de Florianópolis – SC. **Revista Memória LGBT**, [*s.l.*], v. 12, n. 1, p. 420–452, 2026. Disponível em: https://www.revista.memoriaslgbt.com/index.php/ojs/article/view/133. Acesso em 08 mar. 2026.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior –Brasil (CAPES) pelo apoio financeiro, por meio do Programa de Demanda Social (DS). Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro, por meio da Bolsa de Produtividade em Pesquisa - PQ CNPq Nº 18/2024.

LICENÇA DE USO
Direitos autorais das pessoas autoras, 2026. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

PUBLISHER
Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EQUIPE EDITORIAL
Martha Suzana Cabral Nunes, Maria Cleide Rodrigues Bernardino, Franciéle Carneiro Garcês da Silva.

COMO CITAR
VANIN, Luís Fernando; SALES, Rodrigo de. Desclassificar para (re)existir: epistemografias dissidentes e a organização das memórias LGBTQIAPN+ em Florianópolis-SC. **Tendências da Pesquisa Brasileira e Ciência da Informação**, São Paulo, v. 19, n. esp., p. 1-30, jan./jun. 2026.